

# UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO DO UNIVERSITÁRIO COM AS MATRIZES IDEOLÓGICAS PARTIDÁRIAS

## AN ANALYSIS OF THE RELATIONSHIP OF THE UNIVERSITY STUDENT WITH THE PARTY IDEOLOGICAL MATRIXES

Ruth Roama Oliveira Saldanha \*

**Resumo:** As eleições presidenciais que ocorreram em outubro de 2014 abriram um leque de temas para serem estudados. A inquietação veio do fato de que os termos “direita” e “esquerda” não saíam dos discursos de alguns universitários que debatiam sobre estas eleições. Esta pesquisa contou com dois momentos. Na pesquisa bibliográfica, foi feita uma revisão dos conceitos centrais desta pesquisa segundo Anthony Downs (1999), Dalmo de Abreu Dallari (1985), Norberto Bobbio (1995), dentre outros. Na segunda parte, a empírica, foram elaborados questionários fechados dirigidos aos universitários do curso de Ciências Sociais. Percebeu-se com as leituras que, apesar de o conceito de ideologia estar no campo ideal, abstrato, ele pode, ainda hoje, ser problematizado em discussões políticas. Entretanto, é preciso ressaltar que existe a necessidade de conhecer as teorias clássicas e modernas, pois são elas que dão alicerce e embasamento para os debates atuais. Foi constatado, a partir do levantamento dos dados empíricos, que um grande número de estudantes do curso de Ciências Sociais se baseia em senso comum, o que se torna contraditório, visto que a grade curricular do curso oferece aprofundamentos nas temáticas estudadas. Por ser um campo onde todos têm voz e falam o que desejam, da forma como desejam, a internet, ao mesmo tempo em que se torna ferramenta na democracia participativa, se torna um elemento perigoso, posto que associar a teoria com o senso comum está bastante interligado com o crescimento exacerbado do uso deste media.

**Palavras-chave:** Ideologia. Direita e esquerda. Participação política e universitária.

**Abstract:** The presidential elections that took place in October 2014 opened a range of topics to be studied. The disquiet came from the fact that the terms “right” and “left” were permanent in the speeches of some university students debating about these elections. This research had two moments. In the bibliographic research, the central concepts of this work were reviewed according to Anthony Downs (1999), Dalmo de Abreu Dallari (1985), Norberto Bobbio (1995), among others. In the second part, the empirical one, closed questionnaires were developed directed to the university students of the Social Sciences course. It has been realized from the readings that, although the concept of ideology is in the ideal, abstract field, it can still be questioned today in political discussions. However, it is necessary to emphasize that there is a

---

\* Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

need to know the classical and modern theories, since they are the foundation and basis for the current debates. It was verified, based on the empirical data, that a large number of students of the Social Sciences course are based on common sense, which becomes contradictory since the course curriculum offers the studied themes in depth. Because it is a field where everyone has a voice and they speak their mind, the internet, while becoming a tool in participatory democracy, becomes a dangerous element, since associating theory with common sense is quite interconnected with the exacerbated growth of the use of this media.

**Keywords:** Ideology. Right and left. Political participation. University students.

## 1 Introdução

Sabe-se que, num plano ideal, os requisitos cruciais na participação democrática é que cada cidadão deve possuir um nível adequado de conhecimento político, um estoque de informações não distorcidas, suficientes para torná-lo capaz de compreender questões, argumentos, posições que dizem respeito ao jogo político. Por isso, concordamos que é necessário, não só o núcleo acadêmico, mas a sociedade como um todo, participar, se informar e conhecer a realidade política do nosso país. Entre os estudantes das áreas sociais essa participação ganha ainda mais relevância, pois os mesmos têm a sociedade como objeto de estudo.

Durante o período de campanha eleitoral no ano de 2014, em qualquer lugar, principalmente em redes sociais, era possível ver grupos de estudantes discutindo sobre os partidos que protagonizaram a polarização que se estabeleceu no país. O que nos instigou, além de qualquer outra coisa, é que as palavras “direita” e “esquerda” não saíram dos discursos de alguns estudantes. No entanto, será que eles realmente conhecem as distinções entre tais posicionamentos ideológicos?

Diante de tudo exposto, nossa problemática se configura na indagação sobre o nível de conhecimento dos universitários – que participaram das eleições de 2014 – a respeito das ideologias partidárias dos partidos em disputa.

O objetivo deste trabalho é avaliar o discernimento político de universitários com relação às posições político-ideológicas assumidas durante os debates decorrentes das eleições presidenciais ocorridas em 2014 e que perduram ainda nos dias atuais, sendo a metodologia dividida em dois momentos. Primeiramente, foi feita uma pesquisa bibliográfica e, posteriormente, partiu-se para a pesquisa empírica, onde foi feito uso do questionário fechado.

O questionário foi aplicado entre os dias 19 de abril e 05 de maio de 2016 no curso de Ciências Sociais, localizado no campus central da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Foram abordados alunos que cursassem especificamente a partir do 4º período, pois foram estes que participaram das últimas eleições e também, de acordo com a matriz curricular do curso, estão familiarizados com as bases das Ciências Sociais.

O trabalho foi dividido em quatro partes. Na primeira está uma breve discussão sobre o conceito de Ideologia e o posicionamento do autor Anthony Downs; na segunda, uma discussão acerca de Participação política; na terceira, a análise e o tratamento estatístico dos dados e na quarta e última parte, uma breve conclusão.

## 2 Ideologia

Apesar de ser um termo já incorporado ao vocabulário das pessoas, o conceito de ideologia está muito distante de obter um acordo entre os intelectuais. De acordo com alguns estudiosos, foi o filósofo francês Antoine Destutt de Tracy (1754-1836) que primeiramente utilizou tal termo nos tempos modernos (BARTH apud FIGUEIREDO; TEIXEIRA, 2002). Ele caracterizava as ideias:

[...] como fenômenos naturais que expressavam as relações entre o homem (concebido como organismo vivo e sensível) e o seu meio natural circundante. Ideologia para ele seria apenas uma parte dessa ciência (geral) das ideias e não essa própria ciência (FIGUEIREDO; TEIXEIRA, 2002).

No entanto, Napoleão Bonaparte, em 1812, utiliza o termo ideologia como “ilusão”, acusando os professores do *Institut de France* de investirem contra ele argumentos irresponsáveis, chamando-os de “fazedores de ideologia”, ou seja, ele insinuava que tais professores não tinham compromisso com a realidade.

Karl Marx retoma o conceito entre 1843 e 1844, conservando a essência do significado napoleônico. De acordo com ele, os “ideólogos” desejavam resolver questões apenas no plano das ideias, porém era necessária uma ação prática; além disso, a ideologia não era comprometida com a verdade, mas era uma falsa consciência. Era por meio da ideologia que a classe dominante impunha apenas seus interesses, o que podemos ver no seguinte trecho:

Os pensamentos das classes dominantes são em todas as épocas os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que detém o poder material dominante da sociedade, detém também o poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material, dispõe igualmente dos meios de produção espiritual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual estão submetidos igualmente à classe dominante (MARX; ENGELS, 1999 apud FIGUEIREDO; TEIXEIRA, 2002).

Em 1956, Theodor Adorno e Max Horkheimer publicaram um artigo intitulado *Ideologia*, em que atestam não existir, num mundo pós-Segunda Guerra, esta definição de ideologia como “falsa consciência”. Slavoj Žižek, teórico marxista esloveno e um dos maiores pensadores da atualidade, constrói uma teoria complexa acerca da ideologia. Ele, então

[...] resgata o mesmo empreendimento intelectual frankfurtiano de repensar o conceito de ideologia a partir de bases dialéticas e em articulação com a psicanálise, no caso, agora, da psicanálise lacaniana que, em sua melhor versão, nos remete sempre a um Freud revisto a partir dos impasses com os quais a sociedade contemporânea se depara (FONTENELLE, 2009).

Žižek explica que a ideologia não nos é imposta, ela é a forma como vemos o mundo e seus sentidos, e, por isso, “é um invólucro vazio, aberto a todos os possíveis significados [...] sem

profundidade”,<sup>1</sup> e, ainda, para construir sua teoria sobre ideologia, irá utilizar um termo que faz parte do plano da psicanálise – a fantasia.<sup>2</sup> Para ele, assim como a “fantasia [...] representa uma ação estruturadora, no plano social, a ideologia, como fantasia social, representa uma realidade consistente, uma positividade harmônica na qual tudo funcionaria” (FONTENELLE, 2009).

Sobre a relação entre ideologia e preferência político-partidária, é necessário constatar que, assim como nos afirma Singer (2002), desde a década de 1950, a ideologia se tornou um alvo de críticas sobre sua relevância na hora da escolha do voto. Alguns especialistas concluíram que o eleitor não elabora seu voto relacionando-o com tipo ideológico, mas sim de acordo com questões mais vagas. No entanto, a partir da década de 90, estudos passaram a se basear num elemento crucial no momento do sufrágio, a *identificação* ou *sentimento ideológico* (p. 17). Isto é, o eleitor vota relacionando sua própria ideologia com a imagem dos partidos em disputa. Tomemos aqui o sentido de imagem segundo Sartori (1982):

Uma imagem é, no meu entender, um vago pacote de políticas e programas condensado numa palavra ou frase, e por ela transmitido. ‘Bom para os trabalhadores’, ou ainda melhor ‘partido dos trabalhadores’ é uma imagem (e não uma questão). Os rótulos liberal e conservador, progressista e reacionário, esquerda e direita exemplificam tipicamente as imagens pelas quais os partidos procuram passar a frente uns dos outros (p. 360).

## 2.1 Concepções acerca de ideologias políticas segundo Anthony Downs

No livro *Uma teoria econômica da democracia*, Downs (1999) irá nos mostrar que existe uma regra comportamental no regime democrático. Ele pressupõe que, assim como os agentes econômicos, o que motiva os agentes políticos é unicamente interesse pessoal. O capítulo seis desta obra detalha quais são as concepções deste autor sobre o conceito de Ideologia, que tem como título *O desenvolvimento de ideologias políticas como meio de obter votos*.

Neste capítulo, o autor irá partir da hipótese de que os partidos estão apenas interessados em ganhar o poder para si mesmos, não em melhorar a sociedade (DOWNS, 1999, p. 117). Downs elabora sua teoria com base na incerteza dos eleitores, pois, de acordo com o autor, é a partir dela que é desenvolvida a ideologia, uma arma de disputa do poder. Ele define a ideologia como uma “imagem verbal da boa sociedade e dos principais meios de construir tal sociedade”.

Downs irá explicar como a incerteza (ou imprecisão) transforma as ideologias úteis não só para os eleitores, mas também para os partidos políticos. Eleitor não sabe detalhes das decisões do governo; não pode prever aonde uma decisão pode levar; é incapaz de relacionar sua

<sup>1</sup> Trecho retirado do documentário *O guia pervertido da ideologia* (2012), dirigido pela irmã do ator Ralph Fiennes, Sophie Fiennes. O filósofo, que queria ser cineasta na juventude, já havia trabalhado com a diretora em 2006 no bem sucedido *O guia pervertido do cinema*. O objetivo é o mesmo: a busca por significados escondidos em filmes de cinema, desta vez para mergulhar no coração da ideologia, tema que aborda constantemente em seus livros, desde *O sublime objeto da ideologia*, de 1989.

<sup>2</sup> De acordo com o *Dicionário de Psicanálise*, de Elizabeth Roudinesco, fantasia é: “Termo utilizado por Sigmund Freud, primeiro no sentido corrente que a língua alemã lhe confere (fantasia ou imaginação), depois como um conceito, a partir de 1897. Correlato da elaboração de real psíquico e abandono da teoria da sedução, designa a vida imaginária do sujeito e a maneira como este representa para si mesma sua história ou a história de suas origens: fala-se então de fantasia originária”. (ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*, p. 223).

própria ideologia com as consequências de cada decisão. Por isso, ele percebe que a ideologia pode ser útil para não precisar relacionar cada problema com suas filosofias de vida (IDEM, p. 118).

A ideologia pode ajudar a perceber quais as diferenças que existem entre os partidos sem que o eleitor tenha que procurar informações mais profundas e detalhadas sobre cada partido; pode ajudar o eleitor a votar por meio dela, sem precisar procurar antecedentes dos partidos; pode ser ela o requisito de comparação entre partidos, e não o comportamento governamental.

No plano dos partidos políticos, Downs afirma que cada partido percebe quais eleitores optam por alguma ideologia, e não por políticas para, então, o próprio partido modelar uma ideologia que consiga atrair o maior número possível de votos.

Cada partido precisa conquistar um elevado número de eleitores e defende ideologias extremamente diferentes. Três fatores explicam esta ampla divergência de ideologia: heterogeneidade da sociedade (a composição de membros culturalmente diferentes da sociedade), inevitabilidade do conflito social (luta de classes, por exemplo) e a incerteza (imprecisão em relação às ações de outrem). Dessa forma, os partidos conquistam ideologicamente restritos grupos sociais, pois seu “apelo” exclui automaticamente outro. Pelo fato da sociedade ser dinâmica, uma combinação ideológica pode dar certo numa eleição, mas pode não dar em outra, resultando numa flexível ideologia partidária.

Outra forma da ideologia ser útil para os partidos é a possibilidade de redução de custo na tomada de decisão. Desta forma, são feitas políticas que satisfaçam aqueles eleitores que simpatizam com suas próprias ideologias, ou seja, grupo x aprova a intervenção do Estado na economia, então é necessário elaborar mais projetos que correspondam a esta questão.

Downs afirma que as ideologias, para serem “atalhos racionais”, precisam estar interligadas às políticas, de forma a apontar o que possivelmente cada partido fará no futuro. A partir delas se torna mais fácil prever cada movimento partidário, sem necessariamente ter sido feita uma pesquisa.

O autor (1999), finalmente, conclui apenas reafirmando o que foi dito inicialmente: os partidos buscam como fins o poder, a renda e o prestígio. As ideologias só se desenvolvem como armas para serem atingidos estes objetivos, este desejo é maior que “implementar doutrinas ideológicas ou servir a sociedade” (p. 133).

## 2.2 Mas, afinal, o que são direita e esquerda?

A origem mais aceita dos termos *direita* e *esquerda* data da Revolução Francesa (1789-1799), onde, no plenário da Assembleia Constituinte, os girondinos sentavam-se à direita do presidente parlamentar e defendiam os que possuíam poder econômico, enquanto os jacobinos e os *cordeliers* sentavam-se à esquerda e defendiam a reforma absoluta do governo,<sup>3</sup> sendo estes membros da burguesia. Posteriormente, através da expansão do movimento operário e das ideias socialistas, os marxistas irão tomar para si a concepção de esquerda e colocar os burgueses para o

<sup>3</sup> Fonte: <http://textosparareflexao.blogspot.com/2014/11/o-que-sao-afinal-direita-e-esquerda.html>.

lado contrário. “Esquerdista” passa a ser sinônimo de comunista, socialista e, em contrapartida, “direitista” se torna sinônimo de “fascista”.<sup>4</sup>

Depois de o capitalismo emergir como modo de produção, a ideologia de direita foi associada a uma concepção conservadora, e a de esquerda, revolucionária. Entendemos como ideologia conservadora aquela que se baseia em circunstâncias do passado, em que os adeptos têm um sentimento de aversão a ideais de avanços, buscando sempre manter tradições, instituições, hábitos e sendo atrelada ao capitalismo. No oposto disto está a ideologia revolucionária, que busca mudanças na sociedade, nos costumes e se baseia na expectativa pelo futuro. O pensamento revolucionário tende a “criar progresso”, sendo atrelado ao socialismo.

### 2.2.1 O cerne da dicotomia segundo Norberto Bobbio

O livro *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política* foi escrito por Norberto Bobbio num contexto semelhante ao que motivou esta pesquisa, em que dois partidos se enfrentavam de modo mais acirrado que nas campanhas anteriores, num pleito eleitoral para a Câmara de Deputados na Itália. Escrito também num momento onde muitos acreditavam não existir mais a dicotomia direita versus esquerda, elas eram apenas “duas caixas vazias” (SARTRE apud BOBBIO, 1995, p. 32), ou seja, não mais possuíam nenhum valor classificatório e o uso delas se tornara cansativo.

Além disso, outro fator usado para refutar o uso da díade era a complexidade das sociedades democráticas. Não era possível utilizar claramente apenas duas correntes ou duas combinações numa sociedade onde há diversos grupos de opinião e de interesse: “não se pode mais colocar os problemas sob a forma de antítese, de ‘ou-ou’, ou direita ou esquerda [...]” (BOBBIO, 1995, p. 35).

Inicialmente, Bobbio nos afirma que:

Direita e esquerda são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas. Enquanto termos antitéticos, eles são, com respeito ao universo ao qual se referem, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos (BOBBIO, 1995, p. 31).

Reformulando a citação acima, após três séculos decorridos, estes termos são bastante comuns de serem ouvidos e ainda carregam consigo um peso emotivo.

Ao se referir aos termos como “reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos”, Bobbio nos esclarece que nenhuma forma de governo ou movimento pode ser conjuntamente de direita e de esquerda e que esta forma de governo ou movimento deve ser, exclusivamente, ou de direita ou de esquerda. Como em todos os campos de estudo existem “grandes dicotomias”, de

<sup>4</sup> Fascista é o adepto do Fascismo (estabelecido por Benito Mussolini na Itália, em 1922), que, segundo o dicionário Webster, significa “Qualquer programa visando à criação de um regime nacional centralizado e autocrático, com políticas severamente nacionalistas e que exerça um intenso programa de arregimentação da indústria, do comércio e das finanças, com rígida censura e enérgica supressão da oposição”.

acordo com Bobbio, este será o caso da esfera política, obviamente não sendo esta sua única dicotomia.

Depois de afirmar que, definitivamente, as ideologias estão “mais vivas do que nunca”, sempre são renovadas e que “a árvore das ideologias está sempre verde” (IDEM, p. 33), o autor será enfático ao dizer que direita e esquerda ultrapassam os limites da ideologia, ou seja:

‘Esquerda’ e ‘direita’ indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em todas as sociedades e que não vejo como possam desaparecer (BOBBIO, 1995, p. 33).

Bobbio irá afirmar que o fato de existir a díade esquerda e direita não exclui a possibilidade de haver um intermediário, no caso tríade, que inclui o chamado “Centro”, o “Terceiro Inclusivo” ou também o “Terceiro Incluído”. O Terceiro Incluído procura espaço entre os dois opostos, mas os distancia, representando um “nem-nem”; o Terceiro Inclusivo vai além dos opostos e os engloba, a ponto de formar uma totalidade, representando um “e-e”. A existência da tríade dá lugar para uma nova configuração: esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita, tornando-se, na verdade, uma “pentíade”. O “Terceiro Inclusivo” traz à tona uma política de Terceira Via, que é uma política de centro. O autor considera que podem mudar os nomes, mas a estrutura essencial e de origem dicotômica não mudará (IDEM, p. 67).

O autor aponta que, diante dos problemas da sociedade, os dois, tanto os que se posicionam como sendo de direita ou como de esquerda, acabam tomando medidas iguais, falam as mesmas coisas, propõem os mesmos programas para uso de seus eleitores e, para poder se sustentar, a esquerda acaba por tomar para si ideias de direita, e assim também o contrário.

É interessante ressaltar que, antes de se tornarem uma díade política, direita trazia sempre conotação positiva e esquerda, sempre negativa. Existia também um valor metafórico: no que diz respeito à linguagem religiosa, os bons sentam-se à direita e os maus, à esquerda do Pai. No entanto, na política, a esquerda pode representar o lado positivo ou negativo, assim como a direita. Na política, os bons, e também os maus, podem ser encontrados tanto à direita quanto à esquerda.

Na distinção de tais termos, Bobbio usará as palavras de D. Confrancesco ao comentar que o indivíduo de direita preza pela tradição, mas o indivíduo de esquerda, muito pelo contrário, fará o que for necessário para libertar seu semelhante das grades impostas pelos privilégios de raça, cor etc. (IDEM, p. 81).

O autor irá expor que, diante de todas as distinções já utilizadas, a mais frequente e a escolhida por ele para diferenciar a díade é a postura do indivíduo perante o ideal de igualdade. O conceito de igualdade, segundo Bobbio, é relativo e não absoluto. Então, é necessário responder a três questões cruciais: igualdade entre quem; em relação a que; e com base em quais critérios (IDEM, p. 97). Ele afirma que a direita é mais inigualitária e a esquerda é mais igualitária; porém, para ser de esquerda, o indivíduo não precisa partir do princípio de que todos devem

ser iguais em tudo. Afirma também que a esquerda possui uma sensibilidade maior no que diz respeito a diminuir as desigualdades. E esclarece que “os homens são entre si tão iguais quanto desiguais. São iguais por certos aspectos e desiguais por outros” (IDEM, p. 104).

Bobbio ainda comenta que o igualitário, que é o indivíduo de esquerda, é convicto de que as desigualdades que o cercam são sociais, portanto, elimináveis. O “inigualitário”, o indivíduo de direita, é convicto do oposto, as desigualdades são naturais, isto é, “inelimináveis”. Cita como exemplo, para reforçar sua tese, Rousseau e Nietzsche, visto que o primeiro acreditava que os homens nascem iguais e é a sociedade que os tornam desiguais;<sup>5</sup> e o segundo acreditava que os homens são por natureza desiguais, e é a sociedade, com sua religião, sua moral, que pode torná-los iguais.<sup>6</sup>

Enquanto a dicotomia igualdade-desigualdade está relacionada à distinção da díade direita *versus* esquerda, o autor irá utilizar outra: liberdade-autoridade; agora para fazer a distinção dos moderados e extremistas em relação à postura frente à liberdade. E é desta díade que nascem os movimentos libertários e autoritários. De acordo com Bobbio, não existe liberdade geral: ou é de imprensa ou de opinião. Os conceitos de liberdade e igualdade não são proporcionais: igualdade se refere à pessoa e liberdade se refere a uma pessoa frente à outra pessoa ou coisa. Dizer “uma pessoa é livre” tem sentido; dizer “uma pessoa é igual” não tem.

Um dos maiores feitos e que torna, assim, o igualitarismo um atributo de distinção da esquerda, foi a remoção da propriedade individual. A propriedade foi considerada um dos maiores, ou o maior, obstáculo à igualdade entre os homens. É a igualdade, de acordo com Bobbio, o cerne da distinção da díade direita *versus* esquerda.

## 2.2.2 Teorias sobre o Estado liberal e os Estados socialistas

A ideia de liberalismo nasceu no contexto dos contratualistas, quando John Locke (1632-1704), conhecido como um dos principais fundadores do liberalismo político, formulou sua teoria sobre o contrato social que dá origem ao Estado. Tal contrato é feito por “homens livres e racionais para fundar o poder limitado; a origem do poder, agora, somos nós mesmos” (GRONDONA, p. 20, 2000). O que passa a prevalecer, a partir de então, é o poder que cada indivíduo tem sobre si mesmo. Ademais, não existem entidades coletivas reais. O que é bom para mim pode não ser bom para o próximo, por isso, quem pode julgar o que é bom para mim, além de mim mesmo?

Existem dois aspectos que representam o Estado liberal. O primeiro é o Estado de direito, cenário onde emerge o constitucionalismo. Nesse caso, nas Constituições são asseguradas as liberdades individuais e os direitos civis, como o direito de ir e vir, a liberdade de expressão, dentre outros. O segundo é o Estado mínimo, que diz respeito à redução de funções e poderes do Estado.

Isso ocorre porque as teorias liberais têm sua gênese na luta contra o Estado absolutista, em que o monarca organizava o Estado segundo a sua vontade; sendo assim, teóricos começaram

<sup>5</sup> Ver: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*. Tradução de Tiago Rodrigues da Gama. São Paulo: Russel, 2006.

<sup>6</sup> Ver: NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

a desenvolver propostas que limitassem o poder do Estado na economia e na vida dos cidadãos. Era necessário um regime que preservasse a liberdade e a propriedade privada dos indivíduos, sem intervir na vida privada.

O liberalismo original está muito ligado à religião. Esta ideia se concretiza pelo fato de que os primeiros pensadores liberais viviam num contexto de puritanismo e não de hedonismo, como hoje. Deus deu tudo para cada um de nós, o único bem privado é meu corpo. Semeio minha terra e deixo o espaço do outro porque ele também tem direito ao que Deus deu. Daí surge o ideal principal do liberalismo: o individualismo.

De acordo com Locke:

[...] a liberdade não é licença, mas obediência à lei natural. Essa é a lei da razão e ela tem dois princípios fundamentais – primeiro: não é permitido ao homem destruir a si mesmo ou a suas posses [...]; segundo: não se pode causar dano ao outro nem as posses dele. No estado de natureza, o encarregado de velar pelo cumprimento da lei [...] é cada indivíduo (GRONDONA, 2000, p. 21).

Para os liberais, quanto mais o Estado avança, no que diz respeito às regras, leis e normas, mais existe perda de liberdade dos indivíduos. Essa forma de Estado induz ao paternalismo, que é uma tentativa de fazer do Estado um provedor de vida. Ao mesmo tempo em que o Estado é provedor, ele gera uma perda de autonomia, o que implica na perda de liberdade.

Mariano Grondona (2000), cientista político argentino, afirma que falar sobre liberalismo político é impossível sem se falar do seu “primo-irmão”, o liberalismo econômico. Somos tentados a concordar, visto que a principal ideia de Ludwig von Mises, um dos maiores pensadores do liberalismo econômico e líder da Escola Austríaca de pensamento econômico, é a da preferência pessoal, independente do objeto ou situação. As pessoas se perguntam o porquê de sempre preferirem o ouro ao ferro, já que o segundo é mais útil. De acordo com ele, optar é uma ação. A liberdade é a capacidade que tenho de governar as minhas ações.

Para Ludwig von Mises, o cenário crucial onde acontece a luta pela liberdade é o mercado. Ele atesta que os intervencionistas querem usar parcialmente a economia de mercado, porém, ou é economia de mercado, ou não se configura economia de mercado (GRONDONA, 2000, p. 138). Esta concepção se assemelha bastante à de Adam Smith, pai do liberalismo econômico. Em *A riqueza das Nações* (composto por cinco livros, sendo o primeiro publicado em 1776), vemos duas análises revolucionárias na ciência econômica. A primeira é a de que todos os fenômenos ocorridos no âmbito econômico acontecem de forma natural, regidos por leis objetivas e compreensíveis através de um sistema coordenado de relações causais – a mão invisível do mercado. A segunda é a defesa de uma corrente que pregue total liberdade individual para uma operação eficiente nas relações econômicas, pois, de acordo com ele, o interesse pessoal é o que motiva a divisão social do trabalho e o acúmulo de capital.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> FRITSCH, Winston. Adam Smith. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. In: \_\_\_\_\_. *Os Economistas*. 1996. São Paulo: Nova Cultural. p. 15.

O cerne da díade direita/esquerda levantada por Bobbio retorna à discussão liberal quando von Mises afirma que, enquanto houver divisão de trabalho, haverá desigualdade. O que nos distingue um do outro não é nossa renda, mas sim a função que exercemos na sociedade.

No que diz respeito ao Estado socialista, este se configura como uma forma de governo em que a coletivização, ao contrário do liberalismo, é o ponto-chave. Alguns intelectuais começaram, a partir do século XVI, a formular ideais de sociedade em que fosse extinguida a propriedade privada. No século XVIII, intelectuais socialistas passaram a pregar o fim da opressão burguesa, a igualdade e a distribuição da renda, para então vivermos numa sociedade feliz e mais justa no futuro.

Depois da consolidação do Estado liberal (meados do século XIX), emergiram sérios problemas sociais, dentre eles a injustiça social, a criação do proletariado e a concentração da riqueza nas mãos da burguesia, que deram início a uma nova concepção ideológica. Surge como resposta a doutrina socialista, centrada no entendimento de que o meio de sanar estes problemas seria a intervenção estatal. Orientado por esta ideologia, o campo de ações do Estado expandiu-se absurdamente. Tornou-se necessária uma intervenção para que fosse mantido o bem comum e não mais o individual. A sociedade, no estado socialista, passa a deter os modos de produção, porém, gerido pelo Estado. Ou seja, o Estado ampliado.

Segundo Bobbio (1983), viu-se duas formas do socialismo no âmbito mundial: a social-democracia, que produziu o Estado de Bem-Estar Social; e o comunismo (forma de Estado antiliberal), que se deu na antiga União Soviética. Nesta última, “Gorbachev iniciou a Perestroika procurando democratizar as instituições soviéticas, dar maior autonomia às empresas estatais etc.” (SEGRILLO, 2004, p. 616). A passagem de Estado liberal para Estado socialista se configura na passagem de um direito de funções mais protetor-repressivas para um direito mais promocional.

O socialismo na forma comunista, como atestou Bobbio (1983), teve como um dos principais precursores Karl Marx (1818-1883), que elaborou grandes obras ligadas a esta corrente, como, por exemplo, o *Manifesto do partido comunista*, escrito com a colaboração de Friedrich Engels (1820-1895), publicado em 1848. Ele defendia um Estado sem burguesia, com a união da classe operária e a dissolução do modo de produção capitalista. Segundo Marx, a superação do capitalismo só aconteceria se a sociedade se apropriasse dos meios de produção e o Estado, apoderado pelo proletariado, seria apenas um instrumento desta apropriação, até desaparecer completamente.

Para Schumpeter (1961), um Estado socialista se compõe por

[...] um conjunto institucional no qual o controle sobre os meios e sobre a própria produção está concentrado em uma autoridade central, ou, como poderíamos dizer também, no qual, por uma questão de princípios, os assuntos econômicos da sociedade pertencem à esfera pública e não à privada (p. 206).

Vimos este Estado socialista de Schumpeter (1961) idealizado, por exemplo, na Revolução Russa. Porém, o que se observou foi que esta centralização econômica, neste formato, terminou

por gerar uma insatisfação social tamanha que se fez necessário uma nova concepção de socialismo que abarcasse a livre iniciativa e a igualdade. Era o Estado de bem-estar social. Surge, então, a necessidade do Estado intervir na economia, destacando o fato de que a intervenção do Estado não seria para coibir a liberdade das empresas, mas garanti-las de modo mais eficaz e equilibrado no que diz respeito à distribuição de riquezas.

Finalmente, diante do exposto, percebemos que o ponto culminante da distinção entre um Estado liberal e um socialista é a concepção de como o Estado deve atuar. A atuação do Estado socialista é de que ele abarca tudo, tudo só funciona a partir dele e através dele, com o intuito de promover a igualdade entre os indivíduos. No oposto está o liberal. O Estado age o mínimo possível, tanto na vida dos indivíduos como na economia da nação, estabelecendo e conservando, assim, a liberdade individual.

### 3 Participação política

Sabemos que participar se refere a tomar parte ou ser parte de algo; sendo assim, a participação política envolve toda e qualquer forma, individual ou coletiva, de inserção do cidadão em atividades políticas (DALLARI, 1985, p. 11). No âmbito jurídico, a participação é um direito reconhecido e inquestionável, visto que é o alicerce de um regime democrático. Após o fim do Regime Militar (1964-1985), onde muitos direitos foram suprimidos, a Constituição Democrática de 1988 passou a primar e resguardar a participação política popular; ela recomenda o povo como titular do Estado.

Segundo Solange Gonçalves Dias (2007), não se pode falar em participação sem se referir à participação popular, pois o adjetivo popular se refere a “povo”, que, no sentido político, reúne os nacionais de um Estado, portadores de direito, ou seja, os cidadãos. Aqui não levamos em consideração o conceito de cidadania que consiste em ver o indivíduo apenas como um sujeito de direitos e deveres, mas sim uma cidadania que consiste “em fazer com que o povo se torne parte principal do processo de seus desenvolvimentos e promoção: é a ideia de participação” (COMPARATO, 1996, p. 10).

Porém, esta participação popular dada de forma direta nas decisões governamentais tem sido alvo de críticas. De acordo com os críticos da democracia participativa, desta participação popular decorreria uma “lentidão ou paralisia do processo de tomada de decisões políticas e de sua implementação” (DIAS, 2007, p. 49). Isso resultaria num “bloqueio do Legislativo” no que diz respeito à resolução de questões tidas como impasses.

Outra crítica evidenciada pela autora à democracia participativa se refere à incapacidade do homem comum na atuação política (que é algo questionado desde a Antiguidade). Entretanto, o mesmo pode ser dito dos representantes, visto que não é necessário um conhecimento técnico para cargos eletivos.

De acordo com Dallari (1985):

Cada indivíduo sofre influência da sociedade em que vive, mas, ao mesmo tempo, exerce alguma influência sobre ela. O simples fato de existir, ocupando um espaço sendo visto ou ouvido, precisando vestir-se e consumir

alimentos já é uma forma de influir. Por isso, todos os problemas relacionados à convivência social são problemas da coletividade e as soluções devem ser buscadas em conjunto, levando em conta os interesses de toda a sociedade (p. 21).

Portanto, tudo que diz respeito à nossa sociedade envolve todos os cidadãos. É a partir do exercício da participação plena que se pode, então, assegurar o bem-estar e a liberdade de todos os cidadãos e conservar o Regime Democrático. “A luta por participação é a maior condição para a conquista de mais participação” (DIAS, 2007, p. 51).

### 3.1 O universitário e a participação política

É impossível elaborar um levantamento histórico sobre a participação política dos universitários no Brasil e não citar a União Nacional dos Estudantes (UNE). Criada em 1937 com o intuito de representar os estudantes do Ensino Superior e discutir assuntos políticos e sociais, é, ainda hoje, a principal entidade estudantil brasileira. Participou de grandes atos realizados no País, como, por exemplo, “O petróleo é nosso”, na década de 1940; “Diretas já”, na década de 1980; e das Jornadas de junho de 2013. A UNE organiza-se em três instâncias: o Conselho Nacional de Entidades de Base (Coneb), que reúne os diretórios acadêmicos (DAs) e centros acadêmicos (CAs) do Brasil; o Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg), que agrega os diretórios centrais de estudantes (DCEs) e executivas nacionais de cursos; e o Congresso da UNE (Conune), que é composto por todos os conselhos.

Os universitários têm um papel fundamental no que diz respeito à participação política. Segundo afirma Pateman (1992, p. 9), o próprio termo “participação” passou a fazer parte do vocabulário político popular a partir de reivindicações de estudantes universitários que lutavam por aberturas na área da participação, na esfera da educação de nível superior.

Como a universidade é formada, em sua maioria, por jovens, a socióloga Marialice Foracchi, em seu livro *O estudante e a sociedade brasileira* (1965, p. 3), explica que a juventude “é, ao mesmo tempo, uma fase de vida, uma força social renovadora e um estilo de existência”; é, também, uma “força dinamizadora do sistema social [...] que envolve, também, um estilo próprio de existência e de realização do destino pessoal”. Ainda, de acordo com a socióloga (p. 303), a juventude vai transpor os limites de uma simples etapa cronológica de vida e se apresenta como “uma forma possível de pronunciar-se diante do processo histórico e de constituir-lo, engajando-se”.

Foracchi (1972) irá situar o movimento estudantil da seguinte forma:

A localização social do movimento estudantil, o conteúdo das suas táticas e sua importância relativa situam-no no plano da cultura, entendida aqui como superestrutura. Por esse ângulo, o movimento estudantil corresponderia a um modelo de manifestação da crise, enquanto crise da cultura, impondo-se, ao mesmo tempo, como tentativa de superação cultural da crise (p. 163).

A Reforma Universitária nos anos 60 foi um dos maiores movimentos nacionais protagonizados pelo estudante universitário. Neste movimento, os estudantes procuravam não só romper com o atraso “espiritual” e científico dos docentes, como também uma reorganização do fundamento da composição destas instituições que resultasse numa maior eficácia docente e na própria modernização destas. Havia um apelo às novas formas de representação e uma maior democratização da participação do estudante no corpo político.

Algumas das críticas que impulsionaram a reforma foram: o aspecto apenas profissionalizante das universidades e que distanciava os alunos das ciências naturais básicas; a falta de opções de carreira; e a falta de integração entre alunos e professores. Além de tudo isso, ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade foram pontos constantes que nortearam os debates sobre a reforma universitária, que teve seu início em 1966. “Essa tripla função simboliza a mudança da expectativa social sobre o ensino superior” (BOMENY, 1994). A UNE também se articula neste movimento e realiza manifestações nas ruas e seminários, onde os problemas políticos mais globais são relacionados à reforma universitária.

Trazendo a participação política dos universitários para o contexto municipal, em Mossoró existem articulações que também têm como foco a inserção do estudante no debate político, que são o Comando de Mobilização Estudantil de Mossoró (COMEM) e o “Movimento Pau de Arara”. O primeiro, criado em 2011 a partir do descaso por parte do governo em relação à educação estadual, tem como intuito uma maior conscientização política mossoroense.<sup>8</sup> E o segundo, fundado em 2013, tem como bandeira a questão do transporte público de qualidade, constituído não só por estudantes, mas também por membros da sociedade em geral.<sup>9</sup>

É importante ressaltar que o debate e o conhecimento político são de fundamental importância para uma participação democrática, assim como a militância nas ruas. Sobre esse conhecimento político, o entendemos como sendo as informações sobre a estrutura, os agentes e as atividades de um governo. Sendo assim, o que se espera de um universitário que participa ativamente da política é que ele esteja informado sobre os fatos mais relevantes, as alternativas e os partidos que ele defende, a fim de construir debates fundamentados em um conhecimento mais consistente.

### 3.2 A internet como ferramenta na participação política

Com o advento da internet, no início dos anos 90, foi possível para o usuário aumentar não só o número de trocas e interações, como também as possibilidades de distribuir qualquer conteúdo, gerando o crescimento do fluxo informativo. Nesta “cultura virtual” existe a oportunidade de repartir não só produções próprias, mas também de terceiros. De acordo com Anderson (2006, p. 53), “o PC transformou todas as pessoas em produtores e editores, mas foi a internet que converteu todo o mundo em distribuidor”. A informação deixou de ser exclusividade apenas de um campo e passou a ser socializada – “de todos para todos”.

<sup>8</sup> Retirado do blog: <http://comemrn.blogspot.com.br/2011/06/historico-do-comando-de-mobilizacao.html>.

<sup>9</sup> Retirado da página do movimento: <https://www.facebook.com/MovimentoPauDeArara>.

O baixo custo de informação e comunicação fez a internet gerar, também, a possibilidade de maior amplitude no que diz respeito à participação democrática. Quase todas as formas de ação política podem ser feitas a partir dela, como, por exemplo: pressão no candidato eleito, formação de opinião pública, filiação a partidos ou movimentos, mobilização de indivíduos etc.

Para Laryssa Sampaio,<sup>10</sup> coordenadora nacional do Levante Popular da Juventude, é feita a utilização da internet:

[...] pra que a gente de fato tenha esse alcance para as mobilizações sociais. Geralmente, quando a gente tem algum ato, a gente produz cartazes, que a gente geralmente chama de *meme*, para fazer essa divulgação mais geral. [...] pra nós é importante ocupar esse espaço porque nós não conseguimos chegar fisicamente em toda a juventude que nós organizamos e nem nas pessoas que são próximas. Então, utilizar a internet como esse processo de mobilização é importante porque a gente consegue ir para além das pessoas que já tem a identidade do Levante [...].

No entanto, o sentido e o alcance desta participação não são precisos nem uniformes. No que se refere a isso, H. Buchstein (1997, p. 248 apud GOMES) vai dizer que:

O que, de fato, a internet significa para a democracia, o que, exatamente, *computer democracy* quer dizer é controverso e pouco claro. Enquanto alguns veem a internet como uma ferramenta de coleta de informações, outros destacam o seu potencial deliberativo. Outros enfatizam o seu papel no processo de formação da vontade política. Outros ainda a querem empregar como uma ferramenta para a produção da decisão política. [...] Assim, alguns veem a Net como complementar à existente democracia representativa, enquanto outros defendem mais radicalmente que os meios eletrônicos hão de superar muitos dos problemas de escala que fizeram da democracia direta um ideal impraticável.

Os debates ideológicos entre universitários no contexto desta pesquisa aconteceram de forma mais efervescente através da internet e, além disso, a eleição presidencial de 2014 foi a mais comentada em uma das redes sociais, o *Twitter*, e ganhou o topo nas discussões mundiais.<sup>11</sup> Ressaltando o que já foi dito, as informações na internet são distribuídas deliberadamente, e um fato, que deve ser levado em consideração, é a qualidade dessas informações, se são conformes com a realidade ou se são distorcidas, o que se torna um limite na utilização da internet como ferramenta na participação.

Em função deste efeito multiplicador da internet, muitas informações mentirosas eram publicadas (ainda são) e compartilhadas dezenas, centenas de vezes, sem que fosse feita uma investigação para atestar a veracidade desses fatos. Mencionamos, também, o fato de que, na internet, muitos se consideram cientistas políticos, juízes, médicos, psicólogos, economistas, sem ter, no mínimo, um conhecimento prévio sobre os assuntos.

<sup>10</sup>Fala retirada da entrevista concedida para a Agência de jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR), em 1 de outubro de 2015.

<sup>11</sup>Fonte: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-10-27/destino-de-lobao-e-eleicoes-no-brasil-dominam.html>.

Toda estrutura da comunicação vem se adaptando paulatinamente ao advento da internet. Esta possibilidade de controlar o tempo e o espaço seduz os internautas e força as mídias tradicionais a buscarem por plataformas digitais. Em Mossoró, um dos jornais mais tradicionais da cidade, *O Mossoroense*, deixou de atuar de forma impressa para atuar somente de forma digital.

Anteriormente, o que era característico das grandes mídias tradicionais (TV, jornal impresso, rádio) sobre a manipulação da opinião pública está se estendendo ao universo da internet. As páginas de maior repercussão são, muitas vezes, páginas patrocinadas e vinculadas a interesses particulares, sendo que estas subsidiam a maioria das discussões. Portanto, por mais que seja um ambiente democrático, não se pode dizer que este campo está totalmente isento de gerar alienação de massa.

Outro ponto que levantamos como crítica é o fator anonimato. Apesar de ser um campo onde as discussões ocorrem abertamente, quem discute pode se sentir protegido por estar atrás de uma tela. No que se refere ao debate político, esse anonimato também diminui a sua qualidade, porque, como nos fala Jensen (2003), “pode levar à irresponsabilidade, ao *hate speech* e ao declínio de uma cultura de debate” (p. 358). Porém, é válido ressaltar que essa proteção não é absoluta, e temos, atualmente, o Direito Digital, uma evolução do direito, que traz uma nova compreensão aos problemas ocorridos no ambiente virtual.

#### 4 Esquerda e direita segundo os universitários mossoroenses

Entre os dias 19 de abril e 5 de maio de 2016, discentes do curso de Ciências Sociais foram questionados sobre ideologias partidárias. De acordo com dados levantados pelo Departamento de Ciências Sociais e Política, estão matriculados 102 alunos no referido curso, sendo vinte e três (23) destes matriculados no segundo período, e, portanto, não fizeram parte da pesquisa, o que nos deixa com um total de setenta e nove (79) discentes. Destes 79, foram questionados trinta e oito (38), aproximadamente 50% do total dos alunos, com idade entre 19 e 44 anos.

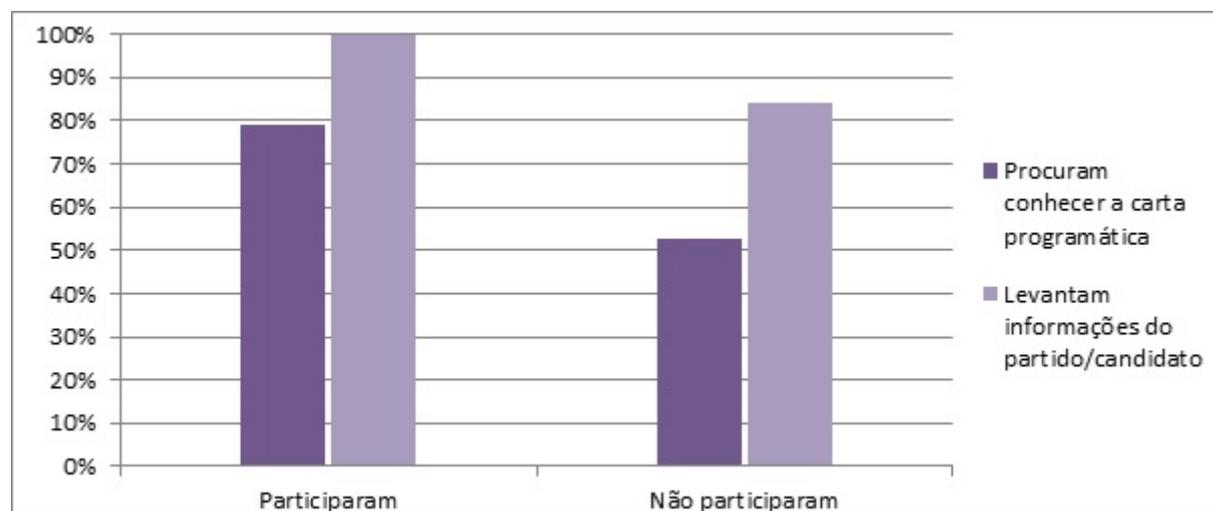
Foi elaborado um questionário com sete questões, sendo que, inicialmente, os discentes abordados responderam somente sim ou não para perguntas pessoais, relacionadas ao levantamento de informações políticas e de participação em debates. Posteriormente, precisamente a partir da questão de número 5, os questionados tiveram que relacionar com as ideologias de direita e esquerda quesitos sobre *Valores, Questões Econômicas e Modelos de Estado*, assinalando D para a ideologia de Direita e E para a de Esquerda.

Dentro do universo dos 38 estudantes pesquisados, metade afirmou ter participado de debates em espaços públicos, como a internet, ocorridos durante a eleição presidencial de 2014. Averiguamos que dos 19 estudantes que participaram dos debates políticos-ideológicos, 79% (15 alunos) procuram conhecer a carta programática dos partidos em que vota e 100% levantam informações sobre o partido/candidato em que vota.

Dentre os que não participaram dos debates, 52,6% (10 alunos) afirmaram que procuram conhecer as cartas dos partidos em que votam e 84,2% (16 alunos) dizem levantar informações sobre o partido/candidato em que votam, como pode ser mostrado no seguinte gráfico, que

considera essas porcentagens em função de duas variáveis dentro dos universos dos que participaram e não participaram, sendo elas responsáveis por procurar conhecer a carta programática e o levantamento de informações do partido/candidato.

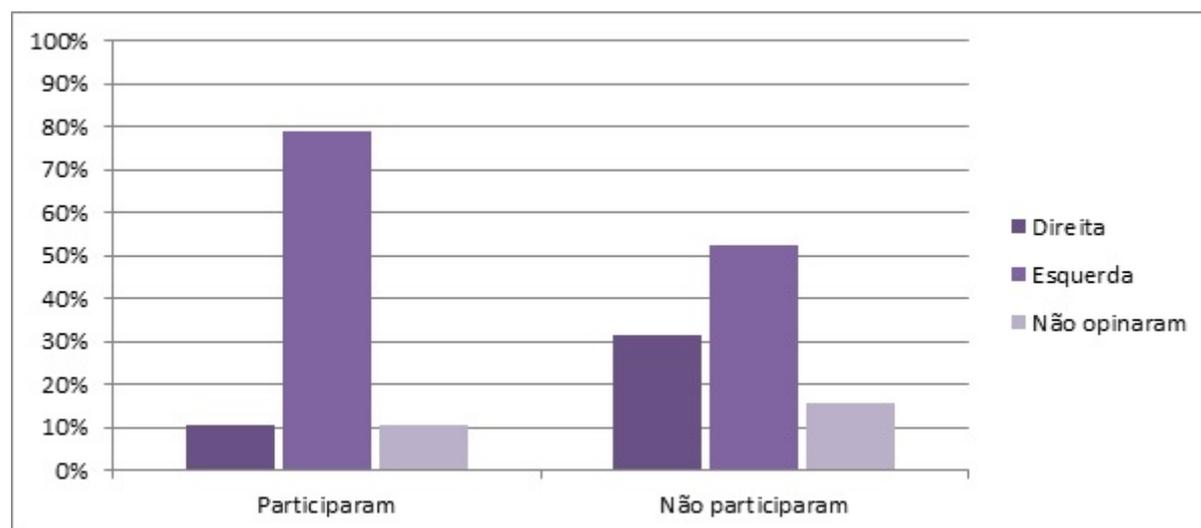
Gráfico 1: Porcentagem de estudantes que procuram conhecer a carta programática e levantam informações sobre partidos/candidatos que votam (Participaram/Não participaram)



Fonte: Elaborado pela autora

Com relação à questão sobre a identificação ideológica, dentre os que participaram, 10,5% (2 alunos) possuem maior identificação com a ideologia de direita, 79% (15 alunos) com a de esquerda e 10,5% (2 alunos) afirmaram não se identificar com nenhuma. E no universo dos que não participaram, 31,6% (6 alunos) afirmaram se identificar com a direita, 52,6% (10 alunos) com a esquerda e 15,8% (3 alunos) não se identificam com qualquer uma das ideologias

Gráfico 2: Porcentagem relacionada à identificação ideológica dos discentes abordados



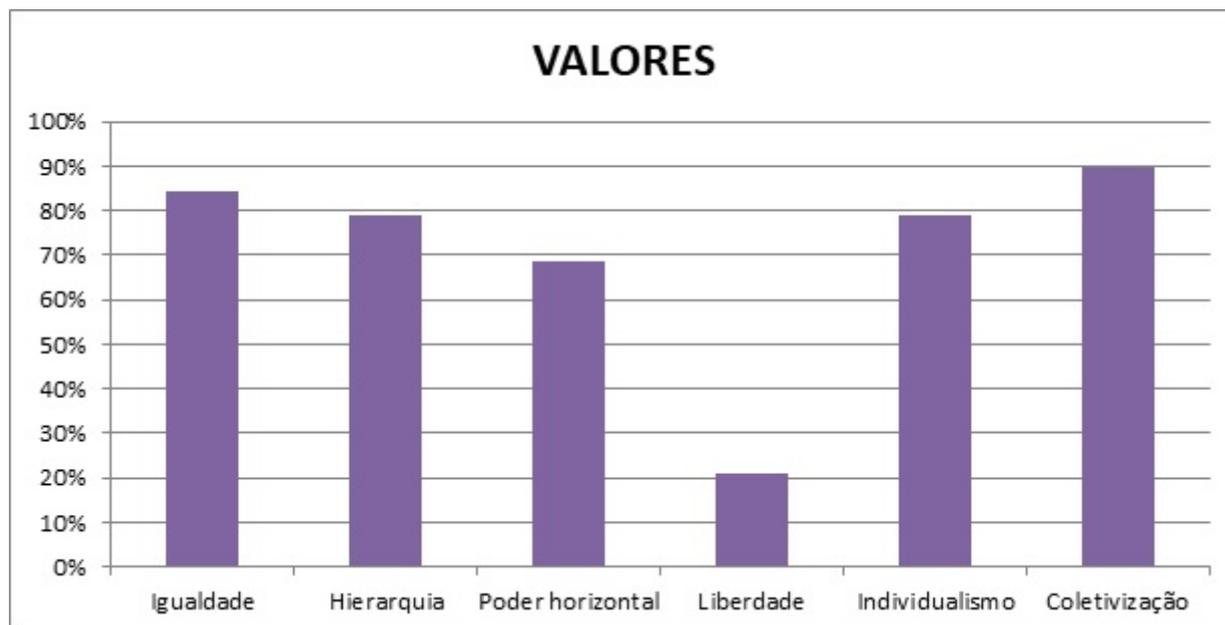
Fonte: Elaborado pela autora

Nesta questão, notou-se que o número de estudantes que se identificam com a direita aumenta entre os que não participaram dos debates ideológicos. Os estudantes que participaram foram, em maior número, os que se identificam com a esquerda. Fato que irá assegurar a teoria

de Simon Schwartzman (2008), que afirma que a esquerda é predominante nas universidades. Segundo ele, as medidas coercitivas adotadas pela direita no período de repressão não permitiram que a ideologia conservadora conseguisse ser bem articulada em nosso país. Afirma, também, que apesar da sociedade brasileira ser em sua maior parte conservadora, isso não acontece no meio intelectual, sobretudo entre a intelectualidade acadêmica (p. 121).

Na questão de número 5, foram citados os valores *Igualdade*, *Liberdade*, *Poder horizontal*, *Hierarquia*, *Individualismo* e *Coletivização*, e foi solicitado aos estudantes que marcassem quais destes quesitos são associados à ideologia de direita e quais são associados à ideologia de esquerda.

Gráfico 3: Porcentagem de acertos entre estudantes que participaram de debates, referente à questão de Valores



Fonte: Elaborado pela autora

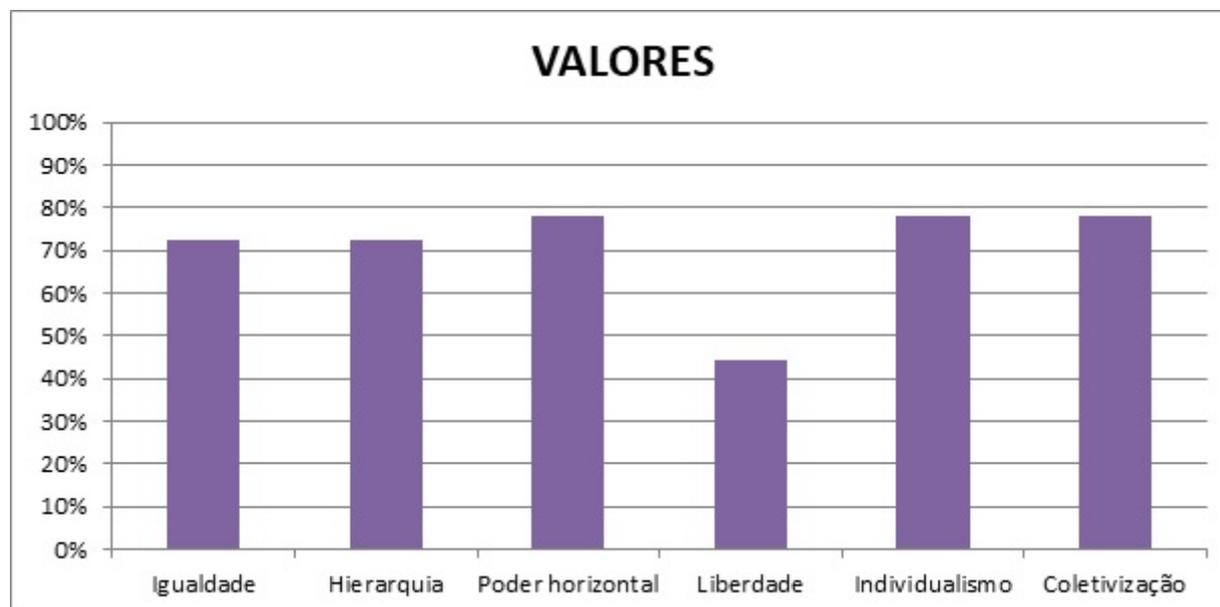
Dentre eles, 84,2% (16 alunos) afirmaram que Igualdade é um valor de esquerda; 79% (15 alunos) afirmaram que Hierarquia é valor de direita; 68,9% (13 alunos) afirmaram que Poder horizontal é valor de esquerda; 21,1% (4 alunos) afirmaram que Liberdade é valor de direita; 79% (15 alunos) afirmaram que Individualismo é valor de direita e 89,5% (17 alunos) afirmaram que Coletivização é valor de esquerda.

Dentre os que responderam, 72,2% (13 alunos) associam Igualdade com a ideologia de esquerda; 72,2% (13 alunos) associam Hierarquia com a direita; 77,8% (14 alunos) associam Poder horizontal com a esquerda; 44,4% (8 alunos) associam Liberdade com a direita; 77,8% (14 alunos) associam Individualismo com a direita e 77,8% (14 alunos) associam Coletivização com a esquerda.

Percebeu-se que, assim como entre os que participaram, há certo equívoco ou confusão quanto ao valor Liberdade, porém, o número de estudantes que o associaram com a direita, neste caso, foi maior. Confusão ou equívoco porque, como já analisado em capítulos anteriores, o ideal de Liberdade está bastante associado à corrente do liberalismo, que serve de parâmetro para a ideologia de direita. Visto que é entre os que não participaram que se percebe um número maior

de identificação com a direita, nota-se que os discentes atribuíram as suas próprias ideologias àquilo que é visto como valor positivo. Notamos que obtiveram bom desempenho nesta questão, pois a porcentagem de acerto, exceto no quesito Liberdade, estava próximo ou acima de 70%.

Gráfico 4: Porcentagem de acertos entre estudantes que não participaram dos debates, referente à questão de Valores<sup>12</sup>



Fonte: Elaborado pela autora

Em se tratando da questão de número 6, referente às “Questões Econômicas”, foram elencados como fundamentais neste item os quesitos: *Intervenção do Estado na economia*, *Redução dos impostos*, *Aumento da carga tributária*, *Privatização*, *Políticas de ajuste fiscal* e *Livre mercado*, e solicitado aos estudantes que marcassem quais são associados à ideologia de direita e quais são associados à ideologia de esquerda.

Dentre os que responderam, 79% (15 alunos) associam *Intervenção do Estado na economia* com a ideologia de esquerda; 31,6% (6 alunos) associam *Redução dos impostos* com a direita; 47,8% (9 alunos) associam *Aumento da carga tributária* com a esquerda; 94,7% (18 alunos) associam *privatização* com a direita; 42,1% (8 alunos) associam *Política de ajuste fiscal* com a direita; e 63,2% (12 alunos) associam *Livre mercado* com a direita.

Dentre os que responderam, 72,2% (13 alunos) associam *Intervenção do Estado na economia* com a esquerda; 38,9% (7 alunos) associam *Redução dos impostos* com a direita; 44,4% (8 alunos) associam *aumento da carga tributária* com a esquerda; 83,3% (15 alunos) associam *Privatização* com a direita; 55,5% (10 alunos) associam *Política de ajuste fiscal* com a direita; e 61,1% (11 alunos) associam *Livre mercado* com a direita.

Percebeu-se que muitos questionados, tanto do gráfico 5 como do gráfico 6, marcaram, por exemplo, simultaneamente, *Intervenção do Estado na economia* e *Redução de impostos* pertencentes à esquerda. Porém, sabe-se que, para que o Estado atuante em todas as áreas possa efetivamente cumprir este papel, é necessário dinheiro, e este dinheiro vem dos impostos

<sup>12</sup>A partir desta questão, um questionado pertencente ao grupo dos que não participaram optou por não responder até o fim o questionário, havendo diminuição do número de não participantes de 19 para 18.

Gráfico 5: Porcentagem de acertos entre estudantes que participaram dos debates, referente às Questões Econômicas



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 6: Porcentagem de acertos entre estudantes que não participaram dos debates, referente às Questões Econômicas

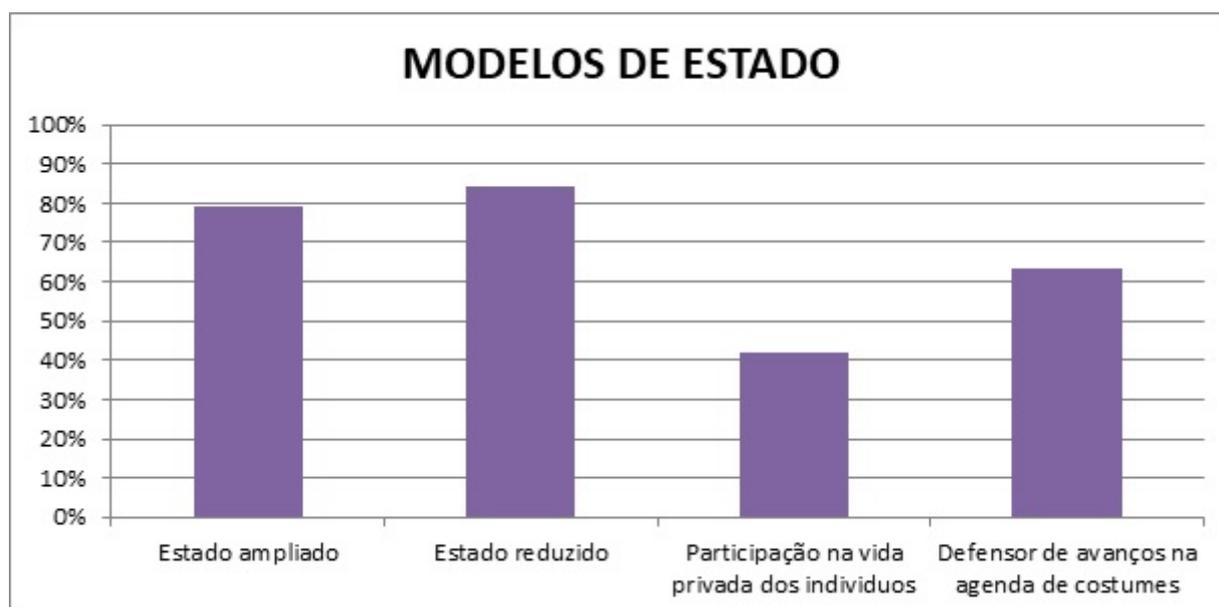


Fonte: Elaborado pela autora

pagos por cada cidadão. Um número maior dos estudantes que não participaram do debate ideológico associou a Redução de impostos com a ideologia de direita. No item “Privatização”, no que diz respeito aos questionados que não participaram, o número de acertos diminuiu em relação aos que participaram. Esta foi a questão onde foi constatada uma maior confusão ou equívoco por parte dos discentes abordados.

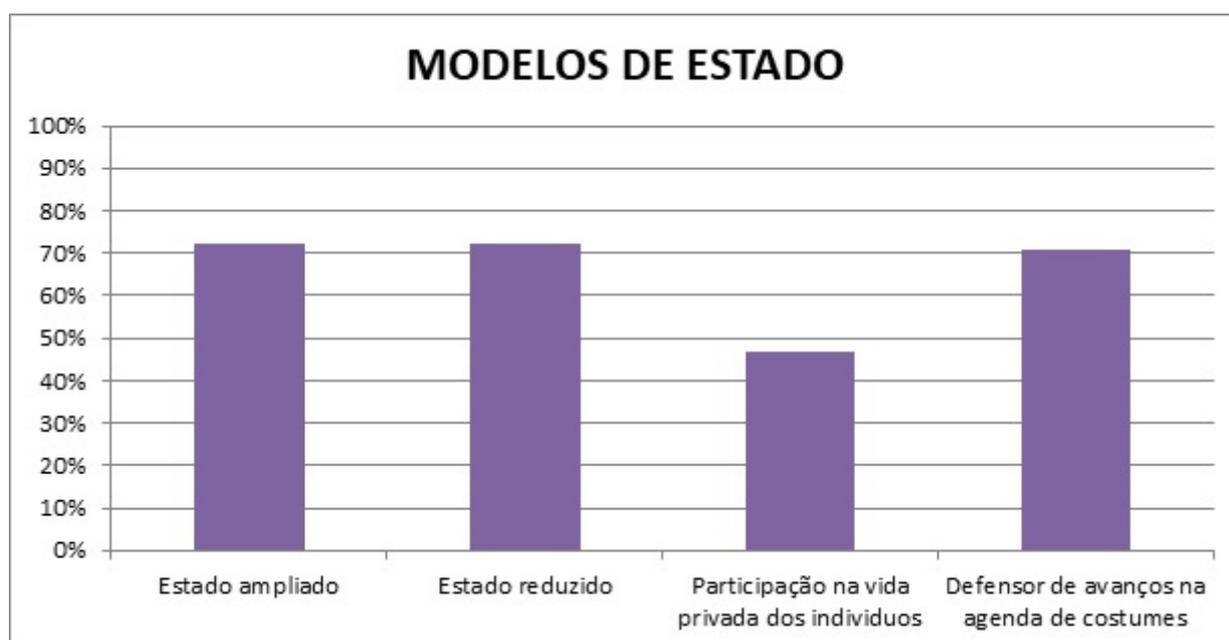
Concernente às respostas referentes ao item “Modelos de Estado”, os questionados tiveram que associar com a ideologia de esquerda ou de direita os quesitos: *Estado ampliado*, *Estado reduzido*, *Participação na vida privada dos indivíduos* e *Defensor de avanços na agenda de costumes*.

Gráfico 7: Porcentagem de acertos entre estudantes que participaram dos debates, referente à questão de Modelos de Estado



Fonte: Elaborado pela autora

Dentre os que responderam, 79% (15 alunos) associam Estado ampliado com a ideologia de esquerda; 84,2% (16 alunos) associam Estado reduzido com a direita; 42,1% (8 alunos) associam a Participação na vida privada dos indivíduos com a esquerda; e 63,2% (12 alunos) associam Defensor de avanço na agenda de costumes com a esquerda.

Gráfico 8: Porcentagem de acertos entre estudantes que não participaram dos debates, referente à questão de Modelos de Estado<sup>13</sup>

Fonte: Elaborado pela autora

<sup>13</sup>Neste grupo, um estudante optou por não responder o quesito “Participação na vida privada dos indivíduos” e outro também optou por não responder o quesito “Defensor de avanços na agenda de costumes”.

Dentre os que responderam, 72,2% (13 alunos) associam Estado ampliado com a ideologia de esquerda; 72,2% (13 alunos) associam Estado ampliado com a direita; 47% (8 alunos) associam a Participação na vida privada dos indivíduos com a esquerda; e 70,6% (12 alunos) associam o Defensor de avanços na agenda de costumes com a esquerda.

Percebeu-se que tanto os que participaram quanto os que não participaram dos debates relacionaram o item Participação na vida privada dos indivíduos com períodos de ditadura, ou governos totalitários. Porém, o que se quer mostrar é o fato de o Estado normatizar ou criminalizar elementos relacionados à vida privada dos indivíduos, como, por exemplo, a lei de palmada. É notório que se esperava um índice de acerto maior no que diz respeito aos modelos de Estado ampliado ou reduzido, visto que são características fundamentais na composição de um governo dirigido pela esquerda e dirigido pela direita. Além disso, há o fato de serem temas já discutidos não só em períodos iniciais como em todo decorrer do curso de Ciências Sociais.

Em uma análise geral, constatamos que, quanto à maioria dos itens apontados neste questionário, há uma concordância em relação à percepção tanto dos que efetivamente participaram dos acalorados e intensos debates, quanto dos que não participaram. Essa proximidade na percepção de ambos indica que seria um equívoco acreditarmos que quem não esteve participando ativamente dos momentos de discussão seriam pessoas desinformadas sobre questões do cenário político. Isso se reforça ainda mais quando observamos que na questão referente aos Valores, em especial nos quesitos Liberdade e Poder horizontal, o número de acertos foi maior entre os que não participaram.

No item “Modelos de Estado”, quatro quesitos foram elencados, sendo que em dois deles a quantidade de alunos que acertou entre quem participou e quem não participou foi exatamente a mesma, fato que justifica quando falamos em equilíbrio; porém, no quesito “Estado reduzido”, os que participaram demonstraram maior percentual de acerto; em contrapartida, estes mesmos demonstraram maior percentual de erro no quesito “Estado ampliado”, mantendo-se, assim, o equilíbrio ao final da análise do item.

Este fenômeno que destacamos merece atenção, visto que a maior parte dos discentes que declararam ter participado de debates identificavam-se de esquerda (dos dezenove estudantes que participaram, quinze se identificavam de esquerda, dois de direita e dois se abstiveram); entretanto, tiveram maior percentual de erro quanto ao elemento basilar de um Estado gerido por partidos de esquerda, que é a concepção de Estado ampliado.

Esse fato fortalece a construção da nossa ideia de que os estudantes abordados estão mais próximos do senso comum em seus debates que de um discurso construído a partir de argumentos científicos. Quando nos indagamos que fator poderia explicar esse fenômeno, inevitavelmente chegamos às discussões acerca da participação política em rede. Os assuntos políticos passaram a ser mais discutidos depois do advento da massificação da internet; porém, o conteúdo dessas discussões políticas também é pautado por ela, ou seja, o que é discutido baseia-se no que circula na rede.

## 5 Considerações finais

A tarefa de destrinchar as ideologias políticas é bastante significativa quando nos referimos aos discentes do curso de Ciências Sociais, visto que grande parte da grade curricular do curso é voltada para a área das teorias sociais, debruçando-se sobre temas que vão de economia à antropologia. Porém, a experiência vivencial, ou seja, “a prática”, mostrou que esse não é o caminho percorrido, em sua maioria, por esses discentes.

Percebeu-se que os conceitos de liberalismo e socialismo servem como parâmetros de um governo, respectivamente, de direita e de esquerda. Ou seja, Estado liberal e Estado socialista não se colocam como sinônimos de ideologia de direita e esquerda, mas se apresentam como sinalizadores destes. Além disso, trabalhar com estes conceitos mostrou-se crucial para o resgate histórico que fizemos de tais ideologias.

A partir dos resultados dos questionários aplicados e da observação feita enquanto eram respondidos, percebeu-se que a apreensão teórica de alguns possui teor significativo de senso comum. Os estudantes fizeram uma associação direta entre as teorias e a forma como os partidos se articulam, ou seja, partem de uma realidade potencialmente distorcida para balizar esses conceitos. O caminho deveria ser da teoria para a realidade, mas o que se notou foi que eles partiram dos discursos partidários para construir conceitos.

Perceber que as respostas se relacionavam com o que os estudantes liam no *facebook*, em *blogs*, nas redes sociais como um todo, só nos faz notar o quanto estamos carentes de embasamento teórico consistente. Nota-se que tocamos num elemento que se tornou fundamental na democracia atual: a internet. Como já foi dito, todos passam a ter voz, todos interagem entre si. Os estudantes que há três, quatro anos eram totalmente alheios à situação política do País, hoje fazem da política o assunto mais discutido nas redes sociais. É necessário constatar a qualidade do conteúdo destes debates; entretanto, soa mais fácil reproduzir textos midiáticos do que procurar informações fundamentadas em estudos concretos acerca da temática.

Não queremos afirmar que o resultado foi ruim, pelo contrário, foi satisfatório. Porém, esperava-se mais. Se fosse pretendido averiguar o que era a ideologia de direita e a de esquerda segundo o entendimento de cidadãos fora do universo acadêmico, não se teria categoricamente optado por realizar esta pesquisa dentro do universo acadêmico. Faz-se necessário afirmar que dentro da universidade se produz ciência, e não meras reproduções do senso comum isentas de questionamentos críticos. Quando nos distanciamos deste propósito, nos distanciamos do real motivo de estarmos em um espaço acadêmico.

## Referências

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

\_\_\_\_\_. *Dicionário de Política*. Tradução: João Ferreira. Brasília: EdUnB, 1986.

\_\_\_\_\_. *Qual Socialismo?: debate sobre uma alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BOMENY, Helena. A reforma universitária de 1968: 25 anos depois. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 9, n. 26, out. 1994.

CAMINO, Leôncio; PEREIRA, Cícero. Representações Sociais, Envolvimento nos Direitos Humanos e Ideologia Política em Estudantes Universitários de João Pessoa. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre*, 16(3), p. 447-460, 2003.

CARNEIRO, Maria Tereza Diniz. Ideologia política: um estudo do comportamento do eleitor brasileiro nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/mpc0901.html>>. Acesso em: 15 maio 2015.

CARVALHO, Alfredo. O que são, afinal, direita e esquerda? Disponível em: <<http://textosparareflexao.blogspot.com/2014/11/o-que-sao-afinal-direita-e-esquerda.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Estado mínimo x Estado máximo: o dilema. *RPGMJF – Revista da Proc.-Geral Mun. de Juiz de Fora*, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 89-109, jan./dez. 2011.

COMPARATO, Fabio Konder. A nova cidadania. In: \_\_\_\_\_. *Direito público: estudos e pareceres*. São Paulo: Saraiva, 1996.

DALLARI, Dalmo de A. *O que é participação política*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros passos).

DIAS, Solange Gonçalves. Reflexões acerca da participação popular. *Integração*, São Paulo, ano XIII, n. 48, 2007.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. A questão da ideologia: contribuições a um estudo teórico. *Alceu*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 103-134, jul./dez., 2002.

FONTENELLE, Isleide Arruda. O lugar vazio da crítica: ideologia e transformação em Slavoj Žižek. *XXXIII EnANPAD*. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR432.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

FONSECA, João Bosco Leopoldino. Intervenção do Estado no domínio econômico. In: \_\_\_\_\_. *Direito econômico*. São Paulo: Editora Forense, 2014.

FORACCHI, M. M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1965.

\_\_\_\_\_. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Livraria Pioneira. 1972.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3323/2581>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

GRONDONA, Mariano. *Os pensadores da liberdade: de John Locke a Robert Nozick*. São Paulo: Mandarin, 2000.

JORGE, Hugo Manuel Abreu. *Política e sociedade online: a participação política dos estudantes universitários portugueses*. Dissertação de Mestrado – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2013.

MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo: antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MISES, Ludwig von. *Liberalismo: segundo a tradição clássica*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. *Direito a personalidade Integral – Cidadania plena*. Tese de Doutorado. São Paulo: FD – USP, 1996.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: EdUnB, 1982.

SCHEEFFER, Fernando. Esquerda e direita: velhos e novos temas. *Revista Anpocs*, Minas Gerais, 2014.

SCHUMPETER Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Editado por George Allen e Unwin Ltd. e traduzido por Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SCHWARTZMAN, Simon. *Ciência, Universidade e Ideologia: a política do conhecimento*. Rio de Janeiro: BVCE, 2008.

SEGRILLO, Ângelo. A confusão esquerda/direita no mundo pós-muro de Berlim: uma análise e uma hipótese. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 615-632, 2004.

SILVA, Fabiano P. A sociologia brasileira e os primeiros estudos sobre a juventude e o universo estudantil. *Revista CAOS*, João Pessoa, n. 16, set. 2010.

SILVA, Pedro Gustavo de Souza. Direita e esquerda: contribuições de Bobbio e Giddens. *Revista Urutágua*, Maringá, n. 10, 2006.

SINGER, André Vitor. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp, 2002.

SINGER, Paul; MACHADO, João. *Economia socialista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

Conexão Política, Teresina v. 5, n. 1, 35 – 59, jan./jun. 2016

SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. In: FRITSCH, Winston. *Os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 15.

SOUZA, Regina Magalhães de. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, João Pessoa, 1(1), p. 1-28, 2009.